

## Audiência Pública sobre Cotas no STF

### O destino das cotas no país

Na primeira semana de março o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou uma audiência pública para ajudar os dez ministros a decidirem o destino dos programas de política de ação afirmativa das universidades federais que beneficiam 50 mil alunos em todo o país. Embora a ação do partido Democratas de Descumprimento de Preceito Fundamental seja direcionada apenas à UnB, a decisão a ser tomada pela Corte vai valer para as 68 instituições de ensino superior que adotem algum tipo de cota racial em seus vestibulares. Para subsidiar a decisão do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, relator da ação, selecionou especialistas para apresentarem argumentos contra e a favor das cotas. Ao todo, se inscreveram 252 debatedores para participarem da audiência como amici curiae — amigos da corte —, mas apenas 38 foram selecionados. Faixas em defesa das cotas foram colocadas próximas ao STF.

No primeiro dia da audiência -3 de março- a maioria dos expositores se manifestou favorável às cotas raciais em universidades públicas. Dos oito participantes, apenas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) optou por não assumir uma posição no debate.

Para o advogado-geral da União, Luís Adams, a ideia de existência de uma democracia racial no país não se confirma e o intuito da implementação das cotas é exatamente erradicar a discriminação e viabilizar a construção de uma sociedade efetivamente plural.

O diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Mário Lisboa Theodoro, defendeu que o sistema de cotas funciona como um mecanismo de equalização de oportunidades e proporciona a abertura de portas para um contingente significativo de estudantes que não teriam acesso ao ensino superior.

Apesar de ter avaliado o primeiro dia de audiência pública como positivo, Lewandowski admitiu que não há previsão para que o tema seja julgado. “Não há previsão [para que o tema entre em pauta], mas, dado o interesse da sociedade, faremos o maior esforço no sentido de que isso seja julgado o mais rapidamente possível. Espero que este ano. É um ano complicado, ano eleitoral. Eu mesmo estarei envolvido na organização das eleições, mas indicarei esforços para que o tema venha a plenário ainda neste ano”, disse.

De acordo com o ministro, a missão do STF é julgar se é possível, do ponto de vista constitucional, estabelecer algum tipo de critério que privilegie um grupo que historicamente não teve acesso às universidades – os negros.

Para a secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC), Maria Paula Dallari Bucci, uma melhora generalizada no ensino superior brasileiro não é suficiente para acabar com a desigualdade educacional “histórica” e “persistente”. “Não basta a passagem do tempo. Ela não muda o estado das coisas. A desigualdade no campo educacional é permanente e tende a se perpetuar”, disse.

O segundo dia da audiência -4 de março-teve início com o discurso emocionado do senador Paulo Paim (PT/RS), que, a princípio, não estava previsto na programação. Em sua exposição, o senador comparou a discussão com o processo abolicionista de 1888, afirmando que ambos são debates econômicos. Ele falou sobre suas raízes e a dificuldade enfrentada pelos negros brasileiros, e fez questão de afirmar que o debate sobre as cotas raciais não é uma questão dos partidos políticos, mas da democracia. Para a metade dos expositores deste dia de audiência, a política de cotas promove a justiça e impede um determinismo artificial entre negros e brancos, buscando a pluralidade nas universidades públicas e a consequente melhoria de oportunidades no mercado de trabalho.

O senador Demóstenes Torres (Dem) causou indignação na platéia da audiência ao afirmar que o sexo, no período do Brasil escravista, entre senhores escravistas e negras era consensual e não resultante de estupro.

A sessão da audiência teve ainda um momento de tensão quando o relator, ministro Ricardo Lewandowski, advertiu o professor Ibsen Noronha, do IESB de Brasília e representante da Associação de Procuradores de Estado (Anape) que, fugindo à praxe do tratamento respeitoso e cerimonial dedicado aos ministros, chamou a atenção da mesa "alegando que costumava pedir a atenção dos seus alunos quando falava".

Ao esquecer o detalhe de que não estava na sua sala de aula, nem falando para os seus alunos, Noronha se deu mal. Depois de advertido, o professor do IESB – que seria ligado a Tradição Família e Propriedade (TFP), organização de extrema direita da Igreja Católica – tentou voltar a falar mais foi impedido por Lewandowski. "Está encerrado o debate", concluiu o ministro.

Em um dia de discursos equilibrados a favor e contra as cotas raciais nas universidades públicas, os expositores que defendem a inconstitucionalidade da política apelaram para demonstrar cientificamente a ausência da existência de raças, segundo fatores genéticos que diferenciem a população.

As universidades estrelaram o último dia de debates sobre as cotas da Universidade de Brasília (UnB) no Supremo Tribunal Federal. Representantes de instituições de ensino trouxeram aos ministros da Corte o relato de suas experiências, vitórias e dificuldades. Relatando erros e acertos, reafirmaram o princípio da autonomia universitária e a preocupação com a inclusão social.

Os ministros fizeram perguntas sobre questões complexas, como a autodeclaração de raça "que define quem receberá 10 pontos a mais no vestibular da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, por exemplo. A instituição bonifica negros e estudantes da escola pública" estes com 30 pontos a mais na nota de corte. "A mudança foi significativa nos cursos mais demandados. Em Medicina, antes havia 10% de alunos oriundos da rede pública de ensino. Hoje, eles são 30%", contou Renato Pedrosa, da Comissão de Vestibulares da Unicamp.

O professor de Física Marcelo Tragtenberg, da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentou um estudo detalhado de como as cotas mudaram as cores do quadro discente da instituição. E trouxe uma conclusão esclarecedora: cotas para escola pública não trazem mais negros para o ensino superior. "Se faltam brancos pobres na UnB, a universidade deve instituir reserva de vagas para alunos de escolas públicas, e não acabar com as cotas para negros", afirmou.

A Universidade do Estado do Amazonas - uma das poucas de fora do eixo Sul/Sudeste representada nos três dias de audiência - mostrou as dificuldades para ampliar o acesso ao ensino superior na região. Na UEA, há preocupação em levar o conhecimento para o interior do estado: 80% das vagas da universidade são destinadas a alunos que fizeram o ensino médio fora de Manaus. Há também cotas específicas para os cursos de saúde, 50% para os que concluíram oito anos de estudo fora da capital. "A maioria dos nossos médicos são bolivianos e colombianos, queremos modificar esse quadro", disse o vice-reitor da UEA, Carlos Eduardo Gonçalves.

Para Alan Barbiero, presidente da Andifes, validar as políticas de ação afirmativa significa reconhecer outro princípio constitucional, o da autonomia universitária. "As instituições federais de ensino têm o direito de regular, com normas próprias, situações não alcançadas pela lei. Cada conselho universitário tem capacidade para fazer uma reflexão com a comunidade sobre isso", defendeu.

Os magistrados do país também deram sua contribuição no debate. Fernanda Duarte, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, contou que a maioria das decisões referenda o sistema de cotas. No entanto, a discussão sobre o tema ainda é incipiente e coloca juizes em dúvida. Ao final da audiência, destacou a presença do reitor da UnB, José Geraldo de Sousa Júnior, durante todos os três dias de debates. O ministro Ricardo Lewandowski informou que, em 15 dias, os textos das apresentações estarão disponíveis no site do STF ([www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)). Agora, Lewandowski tem 10 dias para intimar a UnB a prestar esclarecimentos sobre a reserva de vagas.

Campanha Afirme-se! Lança manifesto pela manutenção das cotas no STF

A Campanha Afirme-se! publicou na folha de São Paulo, Estadão e na tarde, no dia 3 de março, primeiro dia da audiência pública, o manifesto intitulado "Você é a favor de um Brasil mais justo?". Pela primeira vez na história deste país, como diria certa figura da República, movimento negro paga com doações espontâneas mais de R\$ 111 mil e publica página inteira em jornais da grande mídia afirmando a constitucionalidade de políticas de ação afirmativa no Brasil, numa campanha de menos de dois meses. [Leia o Manifesto](#). Mais informações em <http://afirmese.blogspot.com>.

Boa Notícia - O advogado Márcio Thomaz Bastos aceitou defender as ações afirmativas e a causa das cotas para negros em universidades públicas no Supremo Tribunal Federal. O julgamento deverá entrar para a história da corte. Em tempo: como nos velhos tempos, quando Thomaz Bastos tirava presos das cadeias da ditadura, nada cobrará pelos seus serviços.

Fonte: Agência Brasil, Correio Brasiliense, Afropress, Irohìn, Folha de São Paulo, Secretaria de Comunicação da UnB.